REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

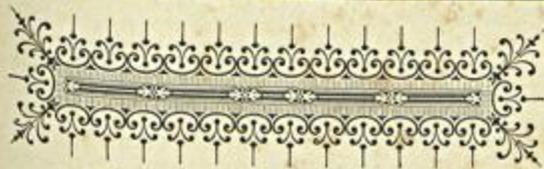
Preços da assignatura	Anno — 36 n.os	Semest. — 18 n.os	Trim. — 9 n.os	N.º á entrega
Portugal (franco de porte, m. forte)	3$800	1$900	$950	$120
Possessões ultramarinas (idem)..	4$000	2$000	—$—	—$—
Extrang. (união geral dos correios)	5$000	2$500	—$—	—$—

14.º ANNO — VOLUME XIV — N.º 446

11 DE MAIO DE 1891

REDACÇÃO—ATELIER DE GRAVURA—ADMINISTRAÇÃO

LISBOA L. DO POÇO NOVO, ENTRADA PELA T. DO CONVENTO DE JESUS, 4

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empreza do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos. — Editor responsavel Caetano Alberto da Silva.

CHRONICA OCCIDENTAL

«Papagaio perdeu a penna não ha mal que lhe não chegue» diz um velho dictado.

O nosso pobre Portugal está-se parecendo muito com o papagaio que perdeu a penna.

Os males vão-se-lhe chegando todos, e as crises surgem por toda a parte como cogumellos em terreno lodoso, em tempo de chuva.

Depois da crise internacional, provocada pela desastrosa questão ingleza, tem vindo todas as crises, a crise politica, a crise financeira, a crise monetaria, a crise bancaria e até a crise theatral, que sendo com certeza a que importa menos á grande maioria do publico, importa-nos muito a nós que nos occupamos muito mais de arte, de theatro, de litteratura, que de politica e de finanças, e importa seguramente muito tambem a todos que tem amor á nossa arte dramatica, esse ramo especial de bellas artes, que mais descurado tem sido por todos os governos, mas que por uma singular coincidencia tem sido aquelle que mais gloria tem dado ao nosso paiz, que mais brilho e lustre lhe tem valido no estrangeiro.

A crise theatral manifestou-se ha semanas, como dissemos na nossa ultima chronica, no theatro de D. Maria, e essa crise produziu sensação no paiz, apesar de todas as outras crises que trazem preoccupado o publico, e toda a imprensa sem distincção de côres politicas se referiu largamente a ella.

Soube-se que n'uma assembléa geral dos societarios do theatro de D. Maria, os actores João e Augusto Rosa, tinham apresentado a sua demissão de societarios e até mesmo de artistas d'aquelle theatro, e esta noticia causou profundo sobresalto em todos que se importam com coisas de theatro, pois a ausencia de dois dos nossos primeiros artistas, da scena que devia ser a primeira de Portugal representava immediatamente uma crise theatral e crise grave.

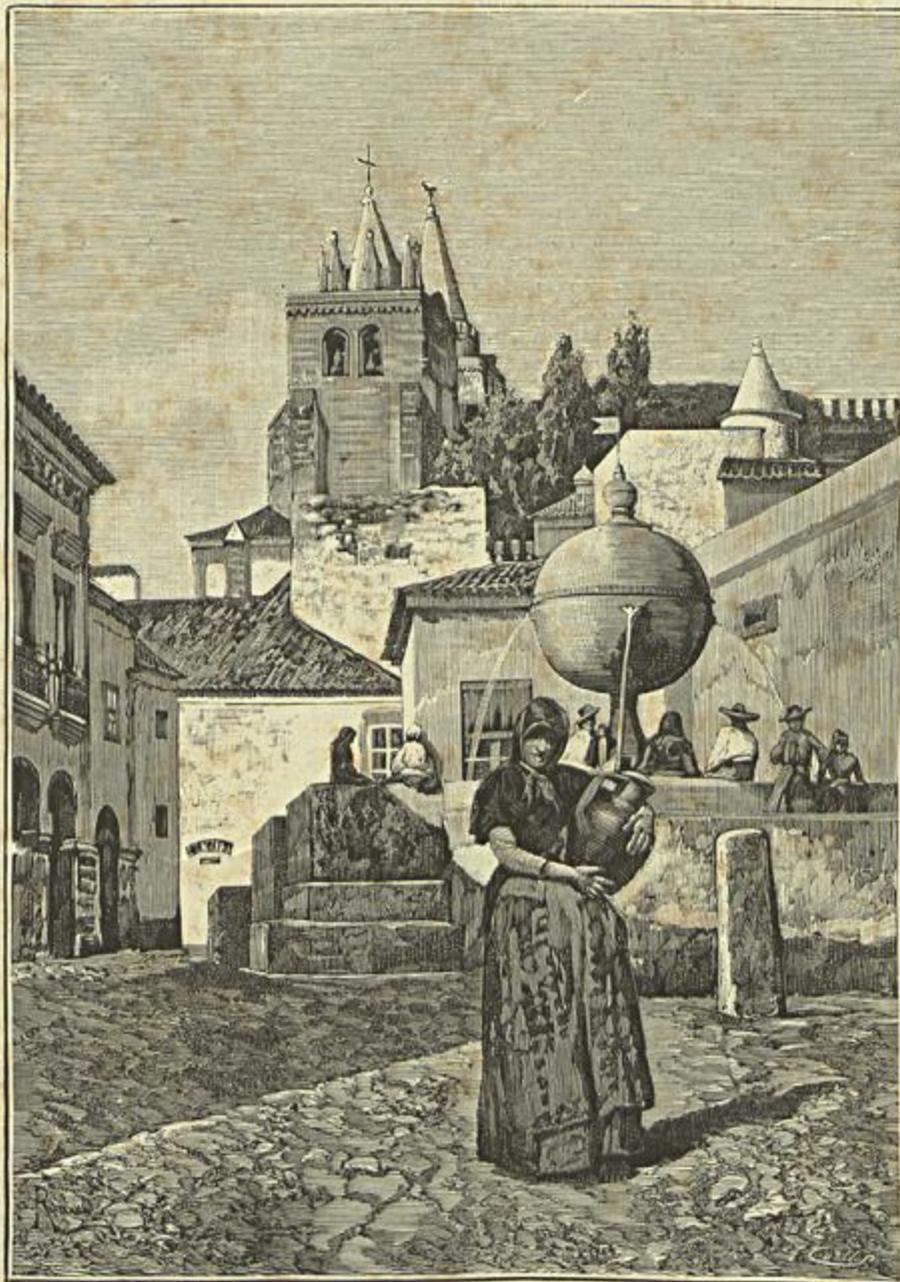
D'ali a dias outra noticia que constou cá fóra, veiu ainda augmentar a gravidade d'essa crise. O actor Brazão imitando os seus d ois collegas pediu-se tambem do theatro de D. Maria e toda a gente perguntava o que havia de ser do nosso primeiro theatro, saindo de lá os tres artistas que hoje são inegavelmente os tres primeiros da nossa terra, e primeiros muito distanciados dos segundos, porque da incuria com que se tem tratado as nossas coisas de theatro, tem resultado um estacionamento completo, a falta absoluta de artistas novos que vão seguindo as pisadas dos antigos, e que estejam aptos a substituil-os quando por acaso elles faltem.

A crise theatral estava aberta, e a imprensa occupando-se d'ella, insistia na necessidade de dar a essa crise uma solução rapida e satisfatoria, alguns jornaes apontavam a necessidade do governo intervir, de olhar uma vez ao menos a serio para o theatro portuguez.

Entretanto, porém, a sociedade artistica emprezaria do theatro de D. Maria, reconhecendo a gravidade da crise, tratou de procurar a maneira de a sanar, de a resolver, e finalmente achou uma resolução, que oxalá seja resolução e dê os fructos que a empresa calcula.

Essa resolução foi, ao que dizem os jornaes, que parecem mais bem informados, a substituição da antiga commissão directora — que era composta de tres membros — João, Augusto Rosa e Brazão — por um unico director-gerente, com attribuições muito mais limitadas que as da antiga commissão directora, e tendo de ouvir a miudo a assembléa geral da sociedade para a resolução dos principaes negocios do theatro.

A sociedade emprezaria escolheu para esse cargo um dos seus artistas escripturados que deixará de ser actor, passando a ser societario, o sr. Carlos Posser, e a escolha foi acertadissima, porque Posser é um homem muito

EXPOSIÇÃO DO GREMIO ARTISTICO

PORTA DA MOURA EM EVORA — QUADRO DE A. RAMALHO

Vid. artigo «Exposição do Gremio Artistico», pag. 78 — (Segundo photographia)

intelligente, muito honesto, muito serio, muito trabalhador, d'uma grande hombridade de caracter, e que se não tem um grande nome artistico tem grande pratica de coisas de theatro e todas as qualidades para ser um bom administrador.

Entre tanto no theatro de D Maria tem havido até hoje dois grandes escolhos na sua administração: a admissão d'artistas novos, e a admissão de peças originaes, e esses dois escolhos não me parecem de nenhuma maneira vencidos com a nova remodelação de serviços, que soffreu a organisação interna da Sociedade.

E' claro que sendo o theatro de D. Maria o primeiro theatro do paiz, o mais graduado, é elle justamente o ponto de mira, o sonho dourado de todos os artistas que nos outros theatros fazem a sua carreira, mas até hoje esses artistas tem todos encontrado sempre fechadas as portas d'aquelle theatro.

Incompleta, — porque o está inegavelmente, e para ter d'isso a prova basta ver a desegualdade enorme de desempenho que ali tem quasi todas as peças, — a companhia do theatro de D. Maria, nunca tratou de se completar, aproveitando elementos novos que podia ir buscar a outros theatros e que tendo já dado provas praticas e brilhantes dos seus meritos, poderiam ali, na convivencia dos mestres ir-se aperfeiçoando, e preparando para um dia os substituirem convenientemente.

Não citamos nomes, porque não temos procuração de ninguem para metter requerimento de admissão no theatro de D. Maria, nem queremos de forma alguma ir prejudicar as emprezas dos outros theatros lembrando raptos de alguns dos seus principaes artistas, mas nem é preciso cital-os porque esses nomes de actores e de actrizes que estão fóra do theatro de D. Maria e que deviam ter lá dentro lugar e lugar honroso, andam na bocca de todos.

Porque não estão esses artistas no theatro de D. Maria ?

Porque não são lá precisos? Evidentemente que não porque não ha ninguem que não reconheça as lacunas enormes que ha no elenco da companhia e no bom desempenho das peças que ali se dão.

Porque não querem ir para lá ? Não, porque ninguem os convidou para isso, e alguns mesmos teem solicitado a entrada e tem-lhe sido recusada.

E portanto evidente que se elles lá não estão é porque a sociedade emprezaria lá os não tem querido, e ficando como estava a admissão de novos artistas a cargo d'essa mesma sociedade e não do seu director — porque a admissão d'artistas novos é resolvida em assemblea geral — esses artistas continuarão a lá não entrar pelo mesmo motivo porque não tem entrado até hoje, e a companhia continuará incompleta, e incompletos e deficientes os *ensembles* das peças.

Acerca da admissão de peças originaes a questão complicou se em vez de simplificar.

Até agora a admissão das peças era da competencia da commissão directora do theatro: isto é, de tres dos societarios, precisamente dos mais graduados artisticamente; agora passa a ser da competencia d'um *comité* de leitura formado por toda a sociedade emprezaria, e pelo director e pelo ensaiador do theatro.

Todas as peças originaes serão submettidas a esse *comité* que votará a sua admissão ou rejeição em escurtinio secreto, com espheras brancas e pretas.

Esta innovação não resolve coisa nenhuma, das difficuldades antigas e é perfeitamente odiosa.

Alguns dos nossos collegas referindo-se a esta submissão das peças originaes a um *comité* formado por todos os societarios e societarias do theatro de D. Maria, tem-se revoltado contra ella protestando contra a competencia d'alguns dos julgadores.

Não é isso que nos parece humilhante nem odioso.

Todos os auctores dramaticos tem que submetter as suas peças ao julgamento do emprezario do theatro em que essas peças se representam, e portanto sendo essa sociedade a empreza do theatro de D. Maria, é natural que as peças tenham que ser submettidas a essa sociedade; mas contra o que nós nos insurgimos é contra a votação secreta, contra a fava preta anonyma de que a mais completa obra prima não pode estar livre, contra a qual ninguem se pode garantir e que ao passo que é uma affronta para o auctor, é ao mesmo tempo um perigo para a peça, porque já se começa a fazer opinião acerca da peça antes d'ella se apresentar ao publico.

Allega-se em defesa d'este processo de critica dramatica por meio de favas pretas que é elle o processo da admissão das peças na *Comedie Française*.

Em primeiro lugar, cada terra com seu uso, cada roca com seu fuzo e não percebo muito bem essa defesa, d'uma coisa indefensivel, que se limita a allegar o ella já existir n'outra parte.

Em segundo lugar a essa defesa é inhabil e cae pela base, porquanto na propria *Comédie Française* esse processo da votação secreta estabelecido no regulamento de 23 de dezembro de 1757, foi revogado, d'ali a 9 annos, pelo regulamento de 1 de julho de 1766.

Segundo o regulamento de 1757 — que, como veem, tem já uma edade muito respeitavel — a votação para admissão das peças era feita por escrutinio secreto, mas os actores e actrizes *eram obrigados a guardar segredo absoluto sobre o que se passava n'essas assembléas sob pena de serem privados do seu voto deliberativo e do seu direito de presença*, de tal modo o regulamento comprehendia já o odioso que havia n'essas votações e o mal que ellas podiam fazer tanto aos auctores como ás peças.

O regulamento de 1766 modifica sensivelmente o processo da admissão das peças. Antes da peça ser submettida ao *comité* de leitura era lida por um *examinador*. Se achava que ella devia ser admettida á leitura, muito que bem, ia para o *comité*, se achava que não, tinha que dar as rasões d'isso por escripto — *d'une manière très honnête* e essas rasões eram entregues ao auctor juntamente com a peça recusada.

Quando a peça era admittida a leitura, era lida ao *comité* e cada actor ou cada actriz que tinha adquirido voto deliberativo, *já pelos seus serviços, já pela sua capacidade*, devia dar por *escripto os seus motivos d'acceitação e de recusa*, motivos que eram lidos ao auctor.

Esse regulamento prohibia, ao mesmo tempo, aos actores e ás actrizes, o servirem-se de qualquer phrase desagradavel para o auctor e ordenava-lhes que expozessem claramente as suas razões e *en termes honnêtes*.

E' este o regulamento da *comedie française* de 1766 e com elle estamos perfeitamente d'accordo.

No interesse do *comité* de leitura do theatro de D. Maria parecia-nos conveniente que houvesse esse tal *examinador* de peças, encarregado de ver se ellas merecem ou não ser submettidas ao *comité* para o poupar a ter que lêr centenares de peças sem pés nem cabeça; no interesse dos auctores dramaticos é indispensavel que o voto secreto seja substituido, pelo voto responsavel e justificado, para que todos apreciem da justiça d'esse voto e da sua razão de ser, e para que ninguem, votando contra ou a favor da acceitação d'uma peça, possa ter outro motivo senão o valor ou não valor d'essa peça.

E isto é tão logico, é tão claro, é tão simples, que esperamos que o novo regulamento do theatro de D. Maria, em relação a admissão de peças seja modificado n'esse sentido para interesse de todos, tanto dos julgados, como dos julgadores.

A respeito dos permanentes embaraços em que a empreza do theatro de D. Maria se vê de ha muito com os originaes que lhe enviam e com o seu contracto com o governo, pelo qual é obrigada a pôr as peças originaes que sejam dignas do theatro, esses embaraços ficam subsistindo da mesma maneira, porque do mesmo modo que os auctores recusados se revoltavam, até agora, contra a commissão directora que não acceitava os seus originaes, revoltar-se-hão d'aqui em diante, contra o *comité* de leitura que lh'os regeita.

A unica maneira de acabar com essas difficuldades seria a creação d'um *comité* formado por um representante da empreza, por um representante dos auctores dramaticos portuguezes, e por um representante do governo, para acceitar ou regeitar as peças originaes. E' verdade porém que esta maneira de acabar com as difficuldades tem em si uma difficuldade enorme, a de encontrar pessoas competentes que estivessem dispostas a arrostar gratuitamente com as massadas e os espinhos que essa commissão não podia deixar de ter.

A culpa dos embaraços em que se hade ver sempre a empreza do theatro de D. Maria com as peças desiguaes é da condição do contracto.

O governo quiz fazer alguma coisa em favor da litteratura dramatica portugueza e fez essa condição, que no fim de contas não a protege nada.

O theatro de D. Maria, exactamente por ser o primeiro theatro de Portugal, não póde ser de nenhuma maneira um theatro para estreia de auctores dramaticos, sem graves prejuizos da empreza e até dos proprios auctores, porque o publico tem n'esse theatro, precisamente por ser o primeiro theatro do paiz, umas exigencias que não tem nos outros : os auctores tem que luctar com ellas. Nada mais natural que muitos nas suas primeiras peças succumbam ante essas exigencias, como tem succumbido já, e muitas peças novas que n'outros theatros de inferior cathegoria, e perante um publico mais benevolo teriam feito o seu caminho, morrem em D Maria á nascença, matando muitas vezes tambem o seu auctor como dramaturgo, que desgostoso, succumbido perante o fiasco, nunca mais pensa em theatro.

Ora é claro que o primeiro theatro d'um paiz nunca póde ser um theatro para debutantes, um theatro para auctores dramaticos fazerem as suas primeiras armas.

Em toda a parte do mundo, nos primeiros theatros só entram as grandes obras e os grandes dramaturgos, e só excepcionalmente as primeiras obras são obras primas. Não se chega a grande dramaturgo sem se ter dado annos ao officio.

Lá fóra, os auctores debutam nos theatros secundarios, fazem ahi a mão, e depois de terem usado para serem mestres é que chegam aos primeiros theatros.

Em Lisboa não ha onde fazer essa aprendizagem, onde fazer a mão por causa das *traducções*.

Tendo ás suas ordens todo o reportorio no francez, hespanhol, italiano, os emprezarios dos theatros secundarios difficilmente se arriscam a perder o seu tempo e o seu dinheiro com as primeiras tentativas theatraes d'auctores desconhecidos; d'ahi a affluencia de todos elles ao theatro de D. Maria unico, que pelo seu contracto com o governo, tem obrigação de os aturar, d'ahi as continuas polemicas e desaguisados entre a empreza que quer boas peças, porque o publico lh'as exige, e os auctores que querem ali estreiar-se porque é o unico theatro para onde os manda o governo.

O remedio a isto ?

Parece-nos facil e não muito custoso n'este tempo d'economias, porque seria uma obra de justiça e de patriotismo, contra a qual ninguem se poderia insurgir ir buscar ao subsidio dado á opera italiana, uns contos de réis para subsidiar o theatro de D. Maria, para fazer d'elle um theatro modelo, e subsidiar modestamente qualquer theatro secundario obrigando-o abrir a porta aos auctores novos que mostrassem vocação, aos artistas novos que mostrassem geito, creando assim uma especie de viveiro de auctores e de artistas que mais tarde, depois de feitos, iriam enriquecer o theatro de D. Maria e engrandecer a arte nacional.

*

* *

A chronica vae extraordinariamente longa : entretanto não quero acabal-a sem registar aqui o meu agradecimento profundo aos excellentes artistas do theatro do Gymnasio que, com o seu notabilissimo desempenho, fizeram um grande e real successo da comedia em 3 actos *Em boa hora o diga*, que subiu ali pela 1.ª vez á scena, na noite de 29 d'abril, em beneficio do grande actor Valle

Todos os artistas do Gymnasio, com Leopoldo de Carvalho, o seu illustre ensaiador, á frente, repetiram os prodigios de talento, de boa vontade, de dedicação a que já me tinham habituado na *Sua Excellencia*, nas *Medicas*, e ainda no anno passado no *Commissario de Policia*, e todos elles, do primeiro ao ultimo papel, Barbara, Jesuina, Judith, Amelia Garraio, Juliana, Adelina Nunes, Julia Moniz, Silveira, Virginia, Farrusca, Valle, Silva Pereira, Cardoso, Eloy, Marcelino Franco, Telmo, Ferreira, Amaral, Senna, mostraram que com bons artistas não ha papeis insignificantes, e que com bons soldados ganham-se todas as batalhas.

Gervasio Lobato.

A GUINÉ PORTUGUEZA

As gravuras que O Occidente hoje principia a dar aos seus leitores são na sua maioria particularmente referidas á ilha de Bolama da nossa Guiné.

A ilha de Bolama está no archipelago de Bijagoz, mede uns quinze kilometros de leste a oeste e seis kilometros e meio de norte a sul. Está na latitude de 11° 37′ norte, e na longitude de 17° 40 oeste do meridiano de Paris.

O nosso infante navegador, o grande D. Henrique, fez reconhecer este archipelago bem como a costa até Serra Leoa, pelos seus navegadores Nuno Tristão e Alvaro Fernandes. O primeiro foi morto em um rio que tomou o nome de *Rio*

Nuno, denominação commemorativa do tragico acontecimanto.

Já não ha um palmo de terra africana que não tenha uma nodoa de sangue portuguez!...

Em 1607, a ilha de Bolama, foi cedida a Portugal pelo rei Guinala, terra de Beafadas, e em 1 de outubro de 1870 rehavida do poder inglez que alternativamente comnosco a occuparam por mais de uma vez.

As nossas gravuras dão uma ideia da villa de Bolama, capital da Guiné portugueza, e de Bissau e Cacheu; e são: — *Ruinas do antigo palacio do governador da Guiné, em Cacheu*, — *Caçadores e artilheiros negros que compõem a guarnição da cidadella*, — *Um mercado em Bissau*, — *O mercado em Cacheu*, — *Rapazes e raparigas gentios «papeis» em trajo de festa*, — *A ponte caes da villa de Bolama* e *Casernas ou aquartelamentos.*

Os quarteis, embora lhe faltem algumas dependencias, como prisões, cosinhas que se acham em construcções afastadas, são vastos, limpos, de construcção elegante e bem ventilados.

O gentio, principalmente o chamado *papel*, é cobarde ordinariamente, mas se por acaso encontra fraqueza ou hesitações no adversario torna-se atrevido. A imperdoavel falta de conhecimento d'este gentio parece que foi a principal causa dos nossos recentes desastres em Bissau.

No dia 21 de abril, ultimo, publicavam os jornaes de Lisboa os seguintes telegrammas:

Bissau, 19. — O conselho de officiaes resolveu hoje atacar Intim e Bandim. Perdemos quatro officiaes e está ferido um. As nossas forças retiraram com grandes perdas, deixando duas peças no campo de combate. A força compunha-se de quatrocentos homens. O inimigo é calculado em seis mil combatentes e está bem armado.

O governador.

Bissau, 20. — Tivemos vinte e uma praças feridas e setenta e uma extraviadas ou mortas [1]. Os officiaes mortos são os capitães Joaquim Antonio Carmo Azevedo e Heitor Alberto Azevedo, e o tenente Jorge Lucena e o alferes José Honorato Moreira. O official ferido chama se José da Conceição Gonçalves. Os auxiliares pouco serviço prestaram.

O governador.

As nossas cousas d'Africa estão infelizmente collocando o paiz na situação dolorosa de entregar as colonias por completo, não aos bocados, como até hoje o temos feito, ao estrangeiro que tão assidua guerra tem votado a uma nação honrada e leal. mas empobrecida e desacreditada por governos saidos dos corrilhos politicos e não do voto nacional.

Ha muito que na Guiné se esperava um conflicto serio.

Limittamo-nos, segundo o nosso costume a não alargar para o interior a nossa esphera de influencia e o resultado é o gentio conhecer melhor os francezes de Carabane e de todo o Senegal do que os portuguezes, seculares senhores da Guiné

O Cumeré, potentado do interior chegou quasi a tornar-se insolente com as nossas auctoridades.

Diz o sr. Correia Lança, alto funccionario em nossa Africa no seu relatorio sobre a Guiné referido ao anno de 1888:

«Este rei, que ha doze annos não põe os pés dentro da praça, mantendo assim aos olhos de todo o gentio, o mais atrevido de todos os desrespeitos para com o governo portuguez, quando no mez passado estive em Biassau, mandou-me um presente e cumprimentos pelo seu successor e por um sobrinho, que me disseram querer o Cumeré vir comprimentar me pessoalmente.

Retribui o presente, e disse aos enviados que o Cumeré seria recebido quando quizesse vir prestar homenagem ao delegado do governo de sua magestade.

Effectivamente veio até junto dos muros da praça, mas não entrou porque impôz como condição que o governador da provincia fosse primeiramente lá fóra comprimental-o, acompanhando-o depois aos paços do concelho.

Creio que a resposta que lhe mandei o não deixou muito tranquillo, porque não se tinham passado oito dias já os mesmos enviados me procuravam outra vez, para me assegurarem que uma impertinente constipação não tinha permittido que o Cumeré viesse vêr-me, mas que o faria dentro de poucos dias.

Não recebi d'esta vez esta embaixada.

[1] Os ultimos telegrammas dizem que já appareceram cerca de uns cincoenta soldados dos extraviados.

Nem cheguei a verificar se eram sinceras as promessas do Cumeré, porque isto deu-se na vespera da minha saida para Bolama.

Eu creio que o que tornou o Cumeré d'esta vez mais prodigo em embaixadas e presentes foi o receio da liquidação por meios violentos d'uma questão que alguns gentios da ilha teem provocado, e do assassinio do soldado da policia, em setembro de 1888, praticado por um gentio *papel*, que ainda não foi entregue, apesar de todas as promessas do rei Safim.

Os *papeis* de Bissau, que junto á villa manteem uma vida absolutamente selvagem, mas da selvageria mais odiosa e cruel, tanto em costumes, como em atrocidades, precisam de sentir o rigor da nossa intervenção.

Se o não fiz já é porque não tive ainda forças disponiveis para lhes mostrar que quem manda em Bissau somos nós, sobretudo porque nenhum ataque se deve emprehender contra aquelle gentio, sem ter na provincia duas canhoneiras que circundem a ilha, bombardeando as povoações da costa emquanto no interior as forças de terra operem contra os *tabancas*.

A população de Bissau quer expandir-se mas não se atreve.

Muitos negociantes querem fundar feitorias agricolas no interior da ilha, mas não se arriscam no meio d'aquellas hordas selvagens.

O Cumaré por sua vez cobra tão exaggerados tributos aos negociantes que se aventuram na ilha, ou a um ou a outro que por lá teem alguma fazenda agricola, que elles não pódem com tão pezadas exigencias.

Na minha opinião deve occupar-se militarmente a ponta Biombo e o alto do Bandim, construindo-se pequenos fortes, d'onde a artilheria domine uma vasta extensão.

A muralha que cerca a villa deve ser derrubada, alargando-se a povoação e quebrando-se o preconceito que circula no gentio, de que o proprio governo construindo aquelle muro reconheceu que lá fóra não tem jurisdicção.

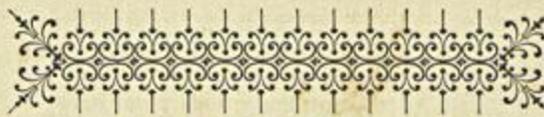
Transferir para Bissau a bateria de artilheria, que nada faz em Bolama, e que aquartelada em Bissau pode melhor manter em respeito todo e qualquer gentio; e depois de tomadas estas medidas de segurança dar terrenos a quem os quizesse agricultar, castigando desapiedadamente qualquer Cumeré que se opponha a esta espansão da vida e do progresso. É necessario que o governo de sua magestade se lembre que Bissau é a principal villa commercial da Guiné, e que dentro dos seus muros se abriga uma colonia importante, tanto nacional como estrangeira, que tem direito á protecção e á sollicitude, de quem se diz senhor do territorio.

A situação, tal como se acha, é que não deve continuar, porque é um vexame para o nosso dominio e um insulto á civilisação.»

A situação tal como se acha é que não deve continuar, dizia o sr. Correia Lança em 1888, imagine-se o que será, sem se ter dado um passo para a melhorar, a Guiné portugueza de 1891... Os proprios francezes não se furtam *á charge* quando se trata d'esta nossa colonia. O sr. Roaul Rocheblanche na *Illustration*, de Paris, descreve assim o nosso forte de Cacheu:

«A oeste eleva-se uma má fortaleza rectangular com os quatro cantos ornados cada um por uma torresita minuscula, e armado com 12 peças velhas como seculos. Na explanada, bastanle vasta, tres ou quatro arvoresitas que mais parecem plumas e que dão, ao meio dia, cinco polegadas quadradas de sombra. Uma vintena de caçadores e artilheiros compõem toda a guarnição sob o commando de dois europeus: um tenente e um alferes que accumula as funcções de administrador do concelho. Todos se prestaram inteiramente da melhor vontade em satisfazer o desejo que manifestei de os photographar, o que era para elles a unica occasião de se mostrarem com o fardamento e insignias militares. Depois de se terem consultado por um tempo infinito sobre a attitude guerreira em que lhes conviria passar á posteridade, resolveu-se afinal simular um ataque. Em virtude d'esta resolução os caçadores, sem grande cuidado no porte da arma, foram collocar-se debaixo de uma grande arvore, e os artilheiros viraram as suas peças contra um candeeiro. Soffri todos os tormentos do mundo para os fazer convencer que a posição era deploravel, e que em caso nenhum os candeeiros postos a tres metros da bocca de um canhão, poderiam ser tomados por um inimigo figurado.»

Em toda a parte ha gente bossal e ignorante, mas fazer avaliar o nosso exercito d'Africa pela descripção do sr. Raoul de Rocheblanche é simplesmente indigno.....

(Continúa) *Manoel Barradas.*

AS NOSSAS GRAVURAS

NO BOM JESUS DE BRAGA

GRUTA NO PARQUE

Já por mais vezes nos temos referido n'este periodico ao Santuario do Bom Jesus de Braga, publicando vistas d'aquelle formoso logar, cujas excellencias é inutil encarecer, por sobejamente conhecidas de nacionaes e de estrangeiros.

As bellezas naturaes d'aquelle logar tem sido nos ultimos tempos realçadas pelos embellezamentos da arte, que tem transformado n'um agradavel parque a grande matta do Bom Jesus, e a gruta que hoje reproduzimos em nossa gravura é uma das obras que se vê no parque, disposta com muita arte.

A EXPOSIÇÃO DE BELLAS-ARTES NO PORTO

Se alguem fosse a avaliar o progresso das bellas-artes no Porto, pela exposição que actualmente se acha instalada no Atheneu Commercial a sua opinião seria de que a arte entre nós retrocede de um modo lastimavel, e que em vez das novas manifestações de estudo e de aptidão que era licito esperar, depois dos successivos certamens artisticos que aqui se tem realisado, tudo estaciona ou mesmo retrogada na concepção e na feitura do quadro.

Eu não sei bem explicar as causas d'este phenomeno. Será desanimo? Será descrença nos meios de obter uma justa remuneração do trabalho executado?

Seja o que fôr, a verdade é que a exposição d'este anno, além de pobre, é de uma banalidade desoladora na maioria dos quadros exhibidos.

E ao olhar para aquellas télas eu cada vez mais me convenço de uma cousa. É que a maior parte dos alumnos da nossa academia, não estuda, não se instrue, não se applica.

Tirem-lhe o pequeno quadro de paizagem, arranquem-lhe das mãos o retrato, e o artista fica reduzido á impotencia de outra qualquer producção de valor

Depois o mercantilismo invade já extraordinariamente o nosso pintor.

Trabalha não por amor, não por paixão, mas unicamente para alcançar alguns mil reis e d'ahi todo esse desprendimento e abandono dos meios que lhe poderiam dar uma notoriedade justificada.

Ordinariamente pobre, o nosso artista póde dizer-se que tem apenas a preoccupação do pão de cada dia, e assim vae arrastando uma vida sem enthusiasmo e sem aspirações.

Isto é realmente triste, mas é perfeitamente verdadeiro.

Não sei onde me levariam as considerações que o aspecto geral da presente exposição me suggerem e para as callar, prefiro entrar desde já na revista d'esse certamen.

O sr. Alberto Carlos de Souza Pinto, o novo pensionista do estado no estrangeiro, expõe tres cabeças de estudo. E' para notar a predilecção que este artista tem pelas phisionomias velhas, enrugadas, côr de tijolo. Nunca lhe vimos outros quaesquer trabalhos e isto podia levar-nos a suppor, que o sr. Carlos de Souza Pinto não se sente com animo nem forças para producções de maior importancia. N'esses estudos, o artista segue a *maneira* de seu irmão, o glorioso pintor Souza Pinto, e dos que apresenta agora, o melhor é o do typo do pescador da Povoa. Algum exaggero de desenho, colorido por vezes demasiado carregado, mas no entanto com algum merito, estas pinturas do novel artista.

O sr. Caetano Moreira da Costa Lima, exhibe quatro esbocetos de composição, sendo dois assumptos historicos e dois religiosos. De todos esses quadros o que melhor nos impressionou pela harmonia do conjuncto e pelo bom agrupamento das figuras foi o que se intitula.

«A transfiguração».

Dos quadros historicos, o que mais nos agradou sem comtudo nos satisfazer, foi o que tem por titulo «Martin de Freitas verificando em Toledo o fallecimento do rei de Portugal D. Sancho II».

Notamos que todas as producções d'este artista, no campo historico, se parecem umas com as

outras, seja qual fôr a epocha, sejam quaes forem os personagens que tomem parte na acção.

Quasi sempre os mesmos typos, os mesmos costumes e o mesmo arranjo de composição.

Além d'isso em todos elles ha uma falta pronunciada no estudo de vestuarios e armaduras, provindo d'ahi anachronismos que não podem passar desapercebidos a quem é medianamente instruido em assumptos de archeologia artistica.

O quadro, por exemplo, que representa a «Alvorada de Ourique» parece-nos a copia de uma nias muito frescas, de um colorido intenso e de uma verdade palpitante.

Dos outros notaremos ainda o das camelias em uma jarra, perfeitamente pintada.

No genero paizagem, é soberbo de vegetação o quadro intitulado «O meu quintal». Ha n'elle excellentes graduações de côr, bom ar e uma harmonia deliciosa de conjunto, ao qual dá uma nota interessante o encarnado do telhado que se destaca ao fundo.

O que não parece do mesmo pincel é aquelle «Sovereiro de Corciches» uma impressão patusca a physionomia do retratado não nos apresente um aspecto demasiadamente rabiscado, como se nota n'este.

O sr. Giuseppe Celini, póde ser um bom professor de desenho industrial, mas o que não é de modo algum, é um pintor de quadros, apezar de todos os esforços que empanha para isso.

O seu quadro «Spés», é a verdadeira *machine* da actual exposição, quer pelas dimensões, quer pelo assumpto.

Imagine-se uma figura de mulher, sentada, de braços abertos, de olhos muito arregalados, como

EXPOSIÇÃO DO GREMIO ARTISTICO

UM JUMENTO — Quadro de S. M. a Rainha D. Amelia

(Segundo photographia)

d'essas estampas lythographicas que nos reproduzem o rei D. Affonso Henriques, com o seu typo venerando de Padre Eterno, de corôa na cabeça e montando o seu fogoso cavallo branco. Aquillo é de uma trivialidade e de uma falcidade desoladoras. O de «Martin de Freitas» está melhor disposto, mais agradavel, mas com os mesmos defeitos e erros.

Antonio José da Costa, um já quasi veterano, tem sabido seguir os progressos da arte e é por isso que nos dá de vez em quando esses quadrosinhos muito agradaveis e de uma visão muito intelligente

Dos seus quadros de flores, o melhor é o que representa um grupo de magnificas rosas e peo- executada de um modo que nos fez lembrar os primeiros ensaios d'aquelles impressionistas enraivecidos que em tempo fizeram estalar de riso o Paris mundano.

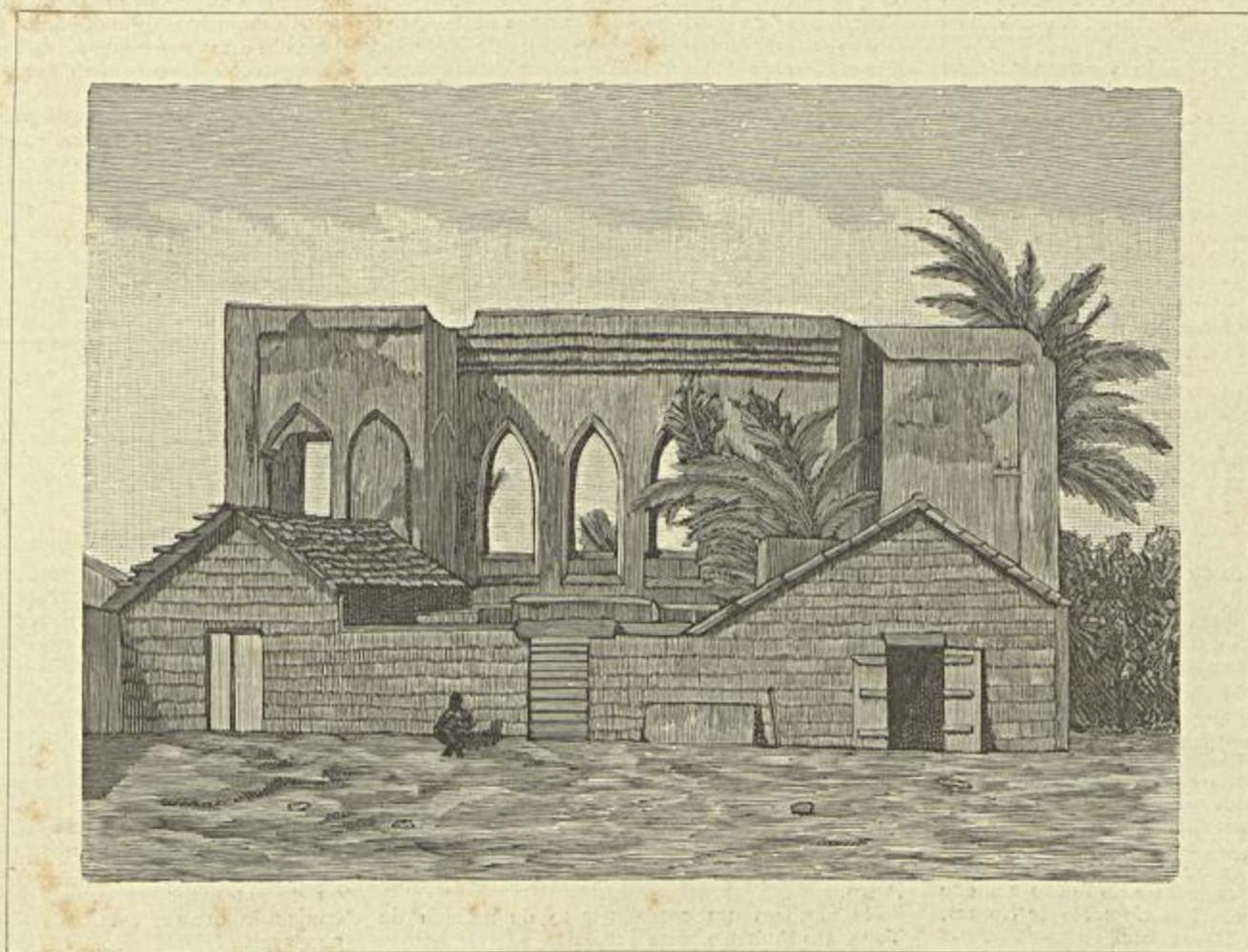
Aquillo nem mesmo é um estudo. São meia duzia de pinceladas com pretenções a dar-nos ideia de uma cousa que não percebemos, por mais esforços que façamos.

Julio Costa apenas nos dá este anno um pequeno retrato em corpo inteiro, de Oliveira Alvarenga, redactor do «Jornal do Porto».

E' um trabalho razoavel, de uma boa similhança, mas que está longe da perfeição. N'este genero de retratos requer-se muito maior delicadeza de toque, uma correcção mais suave, para que que espantada, vestindo tunica verde claro e manto verde escuro e tendo ao lado um candelabro de onde se ergue uma chama de fogo de artificio. Esta pobre de Christo está assim, muito bem disposta, no meio de um campo immenso juncado de caveiras e de ossadas humanas, de fazer arripiar.

Alem do estranho do assumpto, a execução da figura e de um desenho incorrecto e sem merito. Tudo aquillo é amaneirado, de um aspecto que poderá illudir alguma basbaquice ignorante, mas que entristece uma vista bem educada.

Já vimos um jornal aconselhar a Camara Municipal a adquirir esse painel, para ser collocado em uma das capellas funerarias dos cemiterios

ACONTECIMENTOS DA GUINÉ PORTUGUEZA

AFRICA PORTUGUEZA: — RUINAS DO ANTIGO PALACIO DO GOVERNO, EM CACHEU
(Segundo photographia)

AFRICA PORTUGUEZA: — O FORTE DE CACHEU — CAÇADORES E ARTILHEIROS DA GUARNIÇÃO
(Segundo photographia)

publicos. Nós tambem achamos que elle ficaria bem na *Casa dos ossos*, do Cemiterio do Repouso.

O referido artista expõe ainda mais dois quadros, representando um, o rio Douro, na Ribeira, e outro a Rua de Santo Antonio, ambos de noite.

Mais duas infelicidades, de uma execução tão pobre como de effeito desagradavel. Aquillo quasi que faz rir.

O sr. Franz Hule expõe duas paizagens, uma das quaes, a da Allemanha, apesar de ser pintada do *chic*, tem qualidades apreciaveis de colorido e de prespectiva.

Marques de Oliveira apresenta quatro quadros, dois dos quaes, principalmente sei que estiveram na ultima exposição de Lisboa.

O mais importante d'elles é a *Lição em interior*, como sabem, muito interessante pela correcção do desenho e pela naturalidade do grupo.

Noto porém, não só n'essa tela como em uma outra intitulada *Arredores do Porto*, um certo aspecto poeirento, que apezar de não ser desagradavel, tira comtudo aos quadros a vivacidade de côr, dando lhe um tom um tanto indifinido.

Marques Guimarães expõe quatro pequenas pinturas. Nada de importante.

Eduardo Moura mostra a sua muito boa vontade no quadro de genero *Dás-me?* É um artista de futuro, se continuar a estudar e a aproveitar os bons exemplos. N'este seu trabalho ha trechos apreciaveis.

O seu outro quadro de natureza morta, é bem pintado.

A. Ramalho expõe duas paizagens.

A ponte de Guijões é um assumpto interessante, mas que perde bastante do seu effeito pelo colorido frouxo da vegetação, pela confusão com que está tratada a agua do ribeiro e pelo tom geral do quadro, bastante frio.

O outro, *Ponte da Conceição*, é mais vigoroso mas dão-se ainda n'elle algumas das circumstancias que indicamos com referencia ao anterior.

Julio Gonzaga Ramos expõe algumas paizagens muito bem interpretadas como por exemplo *Arredores do Porto*, de um bom colorido e em que o arvoredo se recorta bellamente no fundo azulado do firmamento: e ainda *Um Caminho de Lamas, Gervide, Na linha da Povoa*, etc.

O que não está bem é aquelle adolescente, a que não falta mesmo o buço, vestido com um trage de mulher de Vianna. Que diacho de phantasia ir procurar um rapaz para pousar de mulher da aldeia!

Do sr. João Augusto Ribeiro ha uma bella cabecinha, um verdadeiro retrato, que o author modestamente intitulou *Cabeça de estudo*.

O retrato do sr. Sebastião Sanhudo esse achamol-o, além de demasiado inpertigado, de uma carnação exaggerada e de um aspecto mephistophelico.

A *Fiadeira*, pecca por o artista lhe ter esborrachado a cara, entortando-lh'a além d'isso de um modo lamentavel.

As duas pequenas paizagens são de um valor insignificante.

Custodio da Rocha tambem apresentou uma paizagem que pouco tem por que se recommende.

O sr. Alfredo Nunes dos Santos expõe cousas extraordinarias, como por exemplo: um retrato, em meio corpo, de Silva Porto, em que o artista conseguiu collocar a bandeira portugueza, um ramo de louro, um pedaço de palmeira, um arco de flechas, e um turbante emplumado de africano. Não póde haver mais symbolismo.

Depois temos uma cabeça de judeu do Bom Jesus do Monte, uma physionomia de soldado afiambrado, de capacete, e o busto nú, entrecoberto com as dobras de um manto. Nada mais burlesco.

Do mais, do mesmo artista, uma verdadeira desolação.

José de Almeida e Silva exhibe seis quadros, o mais importante dos quaes é o que se intitula *Operario doente*.

Está longe de ser uma boa pintura este quadro, e isto por varias preoccupações do artista e pela ausencia ainda de um certo criterio, para tratar assumptos d'esta natureza.

Na téla, ha por exemplo, uma figura de rapariga limpando os olhos e tendo nos braços uma creança, que é agradavel de sentimento e de attitude. A creança que está ao collo vê-se, porém, exaggerada nas suas proporções. A mulher, junto de uma cadeira, com o rosto apoiado nas mãos, tambem é expressiva. A figura do doente tem algumas qualidades, mas falta-lhe verdadeiro sentimento. A manta do colchão, o pedaço de pão e a caneca, bem tratados.

Mas tudo isto está mettido em um espaço tão restricto, tão acanhado que o quadro perde completamente o effeito que poderia ter, com mais alguns palmos de téla e com mais acertada proporção das diversas figuras do grupo.

Ainda temos do mesmo artista umas tres cabeças de uma modelação durissima, de um colorido barrento e que mais parecem recortadas em lata, do que pintura em téla.

Incrivelmente pessima, é a cabeça de mulher, que o author intitulou pomposamente *Flôr do Rheno*. Parece até incrivel que um artista pinte similhante cousa e ainda mais, que a exponha!

De Sousa Pinto, a não ser um *Crepusculo*, de bello effeito, e uma encantadora cabeça de rapaz, pintada com aquella sciencia tão peculiar ao insigne artista, nada vi que merecesse a attenção.

Silvestre Silvestri, um outro professor de desenho industrial, exhibe dois quadros maus, pelo colorido e pelo desenho. Intitulam-se elles *Enferma* e *O bocado não é para quem se parte*.

A paizagem de Mathosinhos, do mesmo artista, nem parece do author dos quadros anteriores, tal é o modo como está interpretada. E' uma telasinha muito apreciavel.

O sr. Eduardo Teixeira apresenta, entre outros trabalhos, um quadro que tem por titulo, *A promessa de Florinda*, e que é sem duvida, uma das melhores cousas da presente exposição. A figura da rapariga da aldeia, sentada, cozendo o véu que destina a uma imagem, tem uma acção muito natural e está pintada em todos os seus promenores com muito acerto. E' muito agradavel este quadro, a que falta apenas mais um pouco de rigor na tonalidade geral.

Este mesmo senão se encontra em mais duas paisagens do mesmo artista, pintadas aliás com uma boa observação.

Torquato Pinheiro, que em outras exposições nos dera algumas paisagens promettedoras, não apresenta n'esta nada que mereça mensão.

A sua *Calçada de Alfange, em Santarem*, é de uma frieza desoladora. Tudo aquillo parece de gesso, incluindo mesmo as piteiras que orlam o caminho.

Na secção de aguarella e pastel, apenas se destaca um magnifico retrato, a pastel, de Sousa Pinto.

Ha tambem um outro retrato de menina de Torquato Pinheiro, apreciavel:

Os trabalhos a pastel e a aguarella dos srs. Cellini e Silvestre Silvestri, pouco ou nada valem.

Em esculptura temos alguns retratos em medalhões e um busto, tudo em gesso, de Serafim de Sousa Neves.

Quasi todos esses trabalhos se recommendam pela firmeza da modelação e pelo cuidado do desenho.

Em architectura expõe o sr. Marques de Oliveira o projecto de um theatro para esta cidade.

A fachada não deixa de ser graciosa, mas prejudica grandemente a sua elegancia, a pouca altura das portas principaes, que parecem esmagadas pelo resto da construcção.

Na sala, não ha balcão, o que achamos uma falta, quer sob o ponto de vista da lotação dos logares, quer pelo da propria elegancia da sala.

A galeria é collocada ao fundo da ultima ordem de camarotes, systema que achamos pouco conveniente, preferindo que ella corresse ao longo da mesma ordem, construindo-se em baixo, proximo á plateia, uma ordem de frizas.

Quanto ao resto da disposição interior do theatro nada posso dizer, porque isso melhor o póde avaliar uma pessoa do *métier*.

Na mesma secção ha ainda dois interiores, estylo Renascença, executados a aguarella, pelo sr. Soá. São trabalhos bem feitos.

Na secção de pintura ha ainda fóra do catalogo, umas marinhas do sr. Nicola Jacobi, que revelam da parte do seu author, muita aptidão e sciencia de execução.

E eis o que pensamos da presente exposição.

Porto, 1 maio.

Manuel M. Rodrigues.

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO

(Concluido do n.º 443)

Na brevidade d'estas notas biographicas apenas deixamos apontados os principaes factos da vida de José Silvestre Ribeiro, mas na curta resenha que vamos fazendo, já se encontra o bastante para avaliar a importancia dos serviços prestados por tão exemplar magistrado, á causa publica.

Alem do que fica mencionado muitas outras commissões de serviço publico lhe foram confiadas, e ainda que de menos monta, nem por isso menos zelosa e intelligentemente desempenhadas.

Não são muitos os nossos homens politicos, como o foi José Silvestre Ribeiro, austero e impeccavel, tendo sempre em vista os interesses da patria e pouco ou nada importando-se com os seus proprios.

Quando os annos e os achaques já lhe pesavam demasiadamente, ainda os seus serviços eram reclamados, e o seu nome acatado como os de mais prestigio e assim é, em 1881 nomeado par do reino, logar de que tomou posse em janeiro de 1882.

Não iam, porem, os tempos muito conformes ao seu pensar, a austeridade do seu caracter, e a sua falta de saude, não lhes permittiu tomar parte muito activa nos trabalhos parlamentares d'estes ultimos annos.

Ahi ficam mal alinhavadas as notas do homem politico, resta-nos mencionar as suas obras litterarias e com ellas terminarmos a nossa tarefa.

Entre os trabalhos litterarios de José Silvestre Ribeiro, destaca-se como o de maior importancia a sua *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal, nos successivos reinados da monarchia*.

Esta obra representa o trabalho de muitos annos e uma dedicação extrema, n'um paiz em que nada se encontrava feito n'esta como em muitos outros ramos de estudo.

E por isso José Silvestre Ribeiro diz no prologo do primeiro tomo.

. . . .

«O que possuimos nós em materia de noticias legislativas, historicas, estatisticas e criticas, relativas a taes estabelecimentos? Da maxima parte d'ellas temos apenas algumas indicações avulsas, incompletas, imperfeitas. O estudioso que necessita de maior luz, de mais amplos desenvolvimentos, é condemnado a compulsar um sem numero de escriptos, estranhos aos interesses immediatos das lettras e das sciencias, os quaes, por isso mesmo, só de passagem, muito ao de leve, e com indifferença, se occupam de um ou outro facto da vida intellectual dos povos. Se n'esses escriptos não encontraes algum rasto de luz, força é que diligencieis devassar o segredo de mysteriosos archivos, ou desentranhar de diplomas officiaes, ás vezes conjecturalmente, as noticias que vos são indispensaveis.

«Os nacionaes veem-se privados de elementos de informação e de estudo, que lhes fazem falta; e os estrangeiros curiosos, não sómente padecem egual privação, mas demais a mais, hão de censurar asperamente o nosso descuido, a nossa indolencia em assumpto de tal importancia.»

Foi esta lacuna que José Silvestre Ribeiro preencheu com a publicação da obra a que vimos de nos referir; e n'isto elle mostrou bem o quanto amava as coisas da sua patria, e quanto a desejava honrar auxiliando os estudiosos e exaltando-a aos olhos do estrangeiro.

Esta obra consta de 16 tomos.

Publicou mais as seguintes obras:

Resoluções do Conselho de Estado, 18 tomos.

O que ha sido feito e o que ha a fazer em materia de beneficencia.

Esboço Historico de D. Duarte de Bragança.

Os paes de familia.

Estudos sobre os Luziadas

Breve estudo sobre o espirito das leis de Montesquieu, em folhetins.

Estudos sobre os poetas hespanhoes.

Estudo sobre a viagem do padre Manuel Godinho.

Algumas asserções de Humbold ácerca das navegações dos portuguezes.

Ensino de estudos praticos de litteratura.

As aguas mineraes de Cabeço de Vide.

As Pescarias em Portugal.

E muitos outros trabalhos dispersos nos jornaes e semanarios, o que tudo prova a actividade de espirito de José Silvestre Ribeiro, que até aos ultimos momentos da sua vida, se empregou nos seus estudos litterarios, já retirado de ha muito da vida politica.

Para em tudo mostrar as excellencias da sua alma, a bondade do seu coração, José Silveste Ribeiro fundou e deu vida em Portugal a uma instituição nova que devia ser velha. Referimo-nos á Sociedade Protectora dos Animaes.

Foi elle o fundador d'esta sociedade em Lisboa, tão humanitaria quanto civilisadora, e aos seus esforços se deve a conservação d'ella, o que representa uma lucta contra a ignorancia e indifferença de uma grande parte do publico a respeito de instituições d'esta especie José Silvestre Ribeiro foi um dos portuguezes mais prestantes d'essa geração que vae a extinguir-se, e a historia reserva-lhe um logar honroso entre os que mais tem contribuido para o bem da nossa querida patria.

Caetano Alberto

A HERANÇA DO BASTARDO

Romance Original

IV

AMOR DE MÃE

Mezes depois da anterior confidencia a morgada de Louredo era mãe.

Correu a nova de bocca em bocca, e, como nas terras pequenas se entretem mais a malidicencia do que nas cidades a discutir os actos da vida privada, foi dentro em pouco assente entre toda a visinhança, que o filho da morgada, longe de ser fructo do matrimonio era antes a consequencia de um tresloucamento da fidalga, que esquecera os seus deveres de esposa e tinha por amante Luiz Ferreira Lobo.

Claudio de Castro, longe de occultar a sua deshonra andou elle mesmo publicando-a por toda a parte, dando razão aos maldizentes. Tomando para si o papel de victima lamentava-se cruelmente, a quem o queria ouvir, de ter ligado o glorioso nome dos seus antepassados a uma rapariga da indole de Anna da Soledade.

O pae de Luiz sabedor do escandalo, e vendo que o procedimento do filho era já assumpto das conversas na corte, mandou-o chamar a Lisboa, onde apenas chegado, teve ordem de embarcar para o Brazil.

O inconsolavel rapaz, quando ouviu da bocca do pae esta communicação, que o obrigava a deixar, talvez para sempre, os entes que tanto amava, procurou reagir, porem Rodrigo Ferreira Lobo foi inexoravel, e Luiz não podendo sequer participar a Anninhas qual ia ser o seu destino, partiu para as terras de Santa Cruz, atribulado cruelmente pelo futuro dos que ficavam abandonados a uma cruel vingança.

Por seu lado, Anna, em vão procurara fazer vibrar no coração do seu verdugo a corda da sensibilidade.

O morgado de Louredo impassivel aos soffrimentos moraes da infeliz rapariga, achava até prazer em tortural-a, não só conservando-a como em carcere privado e com sentinellas á vista, para o que encarregara os criados de espionarem todos os seus actos, como indo visital-a ameudadas vezes para lhe relatar, com requintado cynismo, os pormenores da partida de Luiz para Lisboa, e do seu precipitado embarque para o Rio de Janeiro.

Claudio de Castro gosava em vêr soffrer a sua victima.

Sabia que a sua qualidade de morgado n'uma terra de ignorantes, era o bastante, para a seu bello prazer, servir os caprichos que o instincto da perversidade lhe podessem phantasiar.

Era ali o senhor despotico e absoluto.

Os seus desejos, ainda mesmo os da mais ignobil libertinagem, tinham encontrado sempre n'aquella especie de feudo uma cega e fanatica obediencia.

Quando elle queria ninguem ousava discutir.

Estulto privilegio d'essas raças que se julgavam superiores e que, para bem da civilisação e da humanidade, foram degenerando ou consumindo-se no decorrer dos seculos.

Em Beja, não só o juiz de fóra Antonio Manuel Ribeiro Camisão, como as demais auctoridades civis e militares, eram creaturas d'elle.

Com o corregedor, de quem era amigo, e que, como se sabe, tinha jurisdicção civil e criminal, forjou o processo de adulterio contra a morgada, o qual serviu ao mesmo tempo para impugnar a legitimidade do filho.

D'esta forma não só Anninhas não teria direito á separação de bens, mas apenas a alimentos, como hoje é ainda praxe na lei moderna, seja qual fôr o regimen em que o matrimonio tiver sido contractado, senão tambem o filho considerado espurio, e como tal, não podendo ser perfilhado, ficava sem direito ao que pertencia a sua mãe.

Em conclusão, julgado o processo a favor de Claudio de Castro, como effectivamente não poderia deixar de ser, era este quem ficaria de posse dos bens com que a Anninhas entrara para o casal, e com o direito de pôr e dispôr, outhorgar ou vender, como muito bem lhe aprouvesse.

No processo figuraram como testemunhas muitos individuos a quem o morgado pagou generosamente os depoimentos, alem das duas primas de Anninhas que, apesar de lhe deverem o não terem morrido miseravelmente, foram as que mais extenso relatorio verbal fizeram da sua culpa.

Aquella rapariga tinha sido sempre voluvel, caprichosa, e d'uma tendencia incomprehensivel para o mal. Ambas haviam agourado pouca felicidade áquella união. Afinal sua parenta, mal estava dizel-o, tinha sido educada com muitas largas, suppozeram logo que ella, mais tarde ou mais cedo, havia de resentir-se da falta d'uma solida educação religiosa.

Concluindo, pediam licença ao tribunal, para manifestarem a sua opinião a respeito do destino que julgavam dever ter a sua infeliz prima.

Concordavam ambas em que, para obstar a que ella continuasse a envergonhar o sr. morgado, um fidalgo tão nobre, um caracter de tanta respeitabilidade e veneração, seria melhor recolhel-a a um convento a fim de purificar a sua tremenda leviandade na reclusão do claustro.

As duas megeras ao exporem isto mostravam-se commovidas e limpavam affadigosas as exprimidas lagrimas, que conseguiam fazer chegar aos olhos, para melhor expressão dos papeis *compungidos* que ali representavam.

Consultado o morgado, o tribunal decidiu por sentença — que provado o crime, que originara aquelle processo, Anna da Soledade, casada com o morgado de Louredo, e como tal usando d'esse titulo nobiliarchico, désse entrada no convento de Nossa Senhora da Conceição, ficando o dito sr. morgado na posse e administração de todos os bens do casal com a unica obrigação de pagar a mensalidade que a superiora entendesse dever estipular para a alimentação da reclusa.

N'essa mesma noite, o morgado, que havia muitos dias não entrava no quarto de Anninhas, bateu na porta discretamente, seriam dez horas da noite.

Acompanhava-o uma mulher de mau aspecto, trigueira, mediana estatura, coberta de andrajos e os cabellos soltos, trazendo na cabeça um lenço atado á maneira de turbante.

No olhar firme e penetrante lia-se-lhe o animo audacioso, advinhava-se uma d'essas naturezas educadas no crime, um d'esses entes dispostos a afrontar todos os perigos e todos os castigos, quando arrastados pelas seducções do ouro.

Veiu abrir a criada que fazia as vezes de aia, rapariga dos seus trinta annos, creatura em quem o morgado depositava toda a confiança, por saber que era das servas com quem sua mulher menos sympathisava.

— Então Clara ?

— Parece-me excellente occasião. A sr.ª acabou de ceiar e adormeceu amamentando o menino.

— Será a ultima vez. E no olhar de Claudio fuzilou um relampago de odio. Approxima-te acrescentou logo voltando-se para Litta, onde deixaste o teu companheiro ?

— Varel, está além no corredor esperando a minha volta.

— E' ao fundo d'esse corredor que se encontra a porta do jardim. Sairão por ella, alcançarão o parque, depois as terras e. .

— Era uma vez um morgadinho... acrescentou Litta com um sorriso diabolico.

— Nunca mais quero ouvir fallar d'elle, ouviram ? Melhor fôra que lhe acabassem com a vida.

— Se quer, meu senhor ?

— Isso aqui produziria escandalo, apressou-se em responder o morgado. Contento-me que o mudem de paiz.

— Ah ! isso lá esteja descançado meu fidalgo, a nossa viagem vae ser longasita, e depois se o pequeno nos aborrecer pelo caminho... á fé de ciganos...

— Vamos, insinuou o morgado.

Entraram.

No quarto bruxeleava apenas a fraca luz d'uma pequena lampada, suspensa ante a maquineta onde se guardava um bello Christo de marfim.

Approximaram-se do leito. Anninhas dormia debruçada para a creancinha que mal se adivinhava por entre a roupa da cama em que a mãe a envolvera.

Litta abeirando se mais da cama tateou a posição da creança e já introduzia os braços por debaixo da roupa para tomal-a sem a acordar, quando Anninhas, para quem o dormir era ha muito tempo entrecortado de sobresaltos, se agita, senta-se repentinamente na cama e grita, puxando a creança para si, com voz que o terror não deixa tornar firme.

— Quem está ahi ?

Vendo Litta recuar surprehendida é o morgado quem se aproxima por sua vez e se dirige a Anninhas.

— Sou eu que tenho que lhe fallar.

— Aqui, a esta hora, que nova infamia lhe encaminhou os passos ?

— Ora vamos, não se altere, tornou Claudio com pronunciada ironia, como suppuz que tivesse necessidade d'uma ama aqui lh'a trago. Apezar da sua apparencia miseravel é uma excellente creatura e póde garantir a seu filho uma alimentação sadia. E' preciso, pois, entregar-lhe a creança, porque parte esta noite ainda de Louredo.

— Levarem-me meu filho ? !

— Hei de ser para elle uma boa mãe, descance, observou Litta, e lá emquanto a educação nem um principe a hade ter tão esmerada.

— Não, não, meu filho não sairá dos meus braços...

— Sinto dizer-lhe, minha senhora, que isso seria uma desobediencia á sentença do tribunal que julgou hoje o seu crime, e a condemnou á reclusão perpetua n'um convento, dando-me o direito de dispôr de seu filho como me aprouver.

— Ah ! logo vi que o sr. havia de se empenhar para que me condemnassem. Completou victoriosamente a sua obra. Depois de me arrastar pelo desespero, pelo abandono, pela expoliação, ao crime de que me condemnaram, deu a ultima enxadada na minha honra para que esta creança só possa no futuro amaldiçoar a mãe culpada que lhe deu o ser.

E mudando para o tom de quem supplica :

— Olhe Claudio tudo arrostarei, tudo ; a miseria mesmo ! Nada quero do que trouxe para esta casa, nada absolutamente. Juro-lhe que irei para bem longe, para onde nunca mais ouça fallar no meu nome, mas deixe-me a posse d'este pequenino ente que é a alma da minha alma, a vida da minha vida.

Dizendo isto Anninhas tomou a creança nos braços e cobriu-a de beijos e lagrimas, n'um d'esses extremos carinhosos que só tem o amor materno.

— Verá que tenho coragem para ser mãe exemplar. Deixe-me sair com meu filho.

— O que me péde é impossivel retorquio o morgado. A lei tem de se cumprir, e mal estava ao meu nome transigir com a senhora, n'essa proposta que nada tem de sensata. Reunida ao seu amante, a senhora, havia de procurar haver os seus direitos e talvez não lhe fosse difficil annular um casamento que afinal não o foi de facto. Bem vê que tudo isso será impossivel estando a sr.ª completamente só e vigiada por pessoas da minha confiança.

— Comprehendo tudo, tornou ella febricitante. Vejo agora toda a infamia d'esse plano interesseiro em que o acaso se tornou teu cumplice. Ah ! de que ardil monstruoso fui victima ! Tornada tua pelo casamento, viste os perigos em que me enredava e deixaste-me proceder livremente para que me houvessem de punir por similhante delicto. Como marido ultrajado e ao abrigo da lei cabia-te a administração e posse da minha fortuna, que afinal consegues ter em teu poder, sem que ninguem possa pedir-te contas d'ella. Não, não foi o ultrage á tua honra que te levou a pedir a minha punição ao tribunal, foi a ambição do meu ouro que te segredou essa requintada infamia.

— Diga o que quizer, tornou-lhe Claudio no auge da colera, importam-me pouco as suas accusações, mas tenho a prevenil-a de que o tempo está correndo e precisa resolver-se a entregar seu filho a essa mulher. Por vontade ou á força, ouviu, quero, exijo que me entregue essa creança. Não tardam os que a vem buscar.

Como a justificar estas palavras, ouviu-se no pateo rodar uma carruagem.

Era o corregedor que, acompanhado de dois alguazis, vinha prender a morgada de Louredo e leval-a para o convento de Nossa Senhora da Conceição, em Beja.

— Ouve, accrescentou o morgado, é o corregedor que ahi vem, portanto essa mulher terá de partir immediatamente. Vamos Litta acabemos com isto.

A cigana correu para o leito.

Ao vêr tal resolução Anninhas deu um grito, porém, subitamente, preza d'um frio glacial e como d'uma paralysia subita, o corpo enteriçado, cahiu para o lado, e Litta agarrando immediatamente na creança desappareceu nas trevas do corredor seguida de Clara.

Oito dias esteve Anninhas entre a vida e a morte, mas ao cabo d'elles, e mal restabelecida ainda, foi transportada de Louredo para Beja dando entrada no convento da rua dos Infantes.

Do filho da morgada ninguem mais ouvira fallar em Louredo.

Dizia-se que Claudio de Castro, graças ao seu ouro e ás influencias de que dispunha conseguira fazel-o desapparecer

(Continúa).

Julio Rocha.

REVISTA POLITICA

Por muito que a politica tivesse dado que fallar de si n'estes ultimos dez dias, nada impressionou mais vivamente o publico, do que o decreto de 7 do corrente, que auctorisou o Banco de Portugal a trocar as suas notas de ouro por prata.

Os decretos de economias do ministerio das Obras publicas e do ministerio da Marinha, as noticias contradictorias que tem corrido sobre as negociações com a Inglaterra, a occupação de Massekisse pelas tropas portuguezas e as intrigas de Cecil Rhodes, nada preoccupou tanto os espiritos como o tal decreto, que parecia destinado a tranquilisar o bom povo, ha muito desconfiado das finanças publicas.

Havia uma corrida mansa aos estabelecimentos bancarios, que se manifestava disfarçadamente no levantamento de alguns depositos e na troca de algumas notas a bom metal sonante, mas o decreto do dia 7 veio embravecer essa corrida e dar o toque de alarme para aquelles que ainda viviam no melhor dos mundos possiveis.

O decreto que tem um considerando assim: «Que, desapparecendo a desconfiança que tem produzido o retrahimento da avultada quantidade de moeda de oiro que as estatisticas aduaneiras mostram existir no paiz, deve a mesma moeda voltar a exercer as suas funcções naturaes, facilitando as operações bancarias e as do thesouro:» fez, como era natural, augmentar a tal desconfiança, e o mesmo foi que largar em cheio fogo ao rastilho que ia minando lentamente e que afinal talvez se apagasse sem chegar a expluir.

Para isso teria sido preciso um pouco mais de serenidade e de arte, em ter previsto, quem o podia e devia prever, este desfeixo, providenciando a tempo sobre a crise que se aproximava, porque deresto havendo, como ha, muito ouro e prata no paiz, a propria conveniencia de quem o tem obrigaria a pol-o em circulação, para não se ver mais prejudicado ainda com o seu retrahimento.

As necessidades do movimento, que constitue a vida moderna, não permittem outra cousa, e só o panico de uma situação anormal é que produz esses retrahimentos forçados e impostos pelo egoismo humano do «salve-se quem podér.»

Ora o decreto do governo não podia ser mais de molde a fazer esse panico, e transformou em doença aguda a simples macacôa de que enfermava o nosso mercado monetario.

Não nos parece, portanto, que o governo procedesse acertadamente levando as cousas ao ponto de ter que publicar o decreto, o qual mostra que as necessidades do thesouro é que a isso o levaram, pois o decreto é precedido d'estas palavras:

«Não podendo o thesouro, em presença das circumstancias excepcionaes em que se acham as praças monetarias do paiz pelo retrahimento dos capitaes, prescindir de elevar temporariamente a sua conta de credito no Banco de Portugal, emquanto não se ultíma a cobrança do producto do emprestimo auctorisado pela carta de lei de 23 de março do corrente anno, e considerando»

....

Para isto não valia a pena ter-se votado com tanto sacrificio e em condições tão deprimentes e ao mesmo tempo tão nobolosas, o grande emprestimo com que o governo contava evitar uma crise maior no paiz!

Como se explica que n'um periodo de pouco mais d'um mez, que tanto tempo ha que se votou o emprestimo destinado a satisfazer os encargos da divida fluctuante, o governo vê-se na necessidade de augmentar a conta de credito no Banco de Portugal, e necessidade tal que não se importou com o alarme que ia levantar publicando o decreto do dia 7?

Não podemos acreditar uma versão que principiou a correr, de que o governo para auxiliar o Banco Lusitano, cujas precarias circumstancias são já conhecidas do publico, lhe abonára grossas quantias, desabonando assim o thesouro.

Isto seria acceitavel se o thesouro podesse prestar esse auxilio sem prejuizo dos seus encargos immediatos, mas sacrificar a vida economica d'um paiz aos creditos de uma casa bancaria, não é coisa que se acredite nem se acceite, por isso deixamos de quarentena o boato.

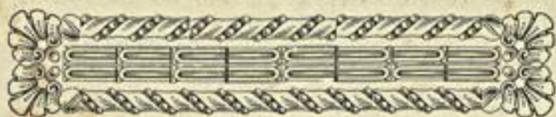
Seja, porém, como fôr, o facto é que o decreto appareceu e que as suas consequencias já se fazem sentir de tal modo, que não sabemos bem se as cousas ficarão por aqui, ou se serão precisas novas providencias, por ventura mais *previdentes* do que o tal decreto.

NO BOM JESUS DE BRAGA — GRUTA NO PARQUE

(Segundo photographia)

E tanto nos temos alargado com o assumpto, que aliaz é do maior interesse, que não nos fica espaço para fallarmos dos shismas que vão apparecendo entre os partidos monarchicos, principiando pelo sr. Marianno de Carvalho que parece querer formar egreja separada.

Na proxima revista fallaremos d'esta separação, se as medidas financeiras derem licença.

João Verdades.

RESENHA NOTICIOSA

Albergues Nocturnos. — Celebrou-se hontem nos Albergues Nocturnos de Lisboa, na sua nova casa da rua da Cruz pos Poyaes, uma sessão solemne presidida por Suas Magestades El-Rei D. Carlos e Rainha D. Maria Amelia, para a inauguração do retrato de El-Rei D. Luiz, fundador d'este instituto de beneficencia e que mais influiu para a sua prosperidade com a valiosa protecção que lhe dispensou.

Para esta sessão foi convidada a imprensa da capital assim como as familias dos socios e outras pessoas, sendo assim muito concorrida esta reunião de cavalheiros e damas as quaes enbellezaram aquella singela solemnidade com a sua presença.

Pelas 2 horas da tarda chegaram Suas Magestades e em seguida foi aberta a sessão por El-rei que deu a palavra ao sr. Conde de Valenças, secretario da direcção do albergue e relator.

O sr. Conde de Valenças fez a leitura do elogio de El-Rei D. Luiz, de que se achava inaugurado o retrato na sala.

N'este elogio, que é mais um bello trabalho litterario do illustre academico, faz-se a apreciação do fallecido monarcha sob o ponto de vista do homem de coração e do artista, educado por uma mãe virtuosa e retemperado na grande vida do mar, onde a alma se espande na imensidade do oceano como na imensidade da natureza e onde a porcella ou a bonança, verdadeiros espelhos da realidade da vida, fazem conhecer ao coração todas as alegrias e todas as dores que acompanham a humanidade. E é assim que se formam as grandes almas e os bons corações, qualidades que se encontravam no fallecido rei que acima de tudo era bom e a bondade é uma força, como muito bem concluiu o auctor do elogio.

Feito o elogio do fundador d'aquelle hospicio de caridade, o sr. conde seguiu a ler o relatorio correspondente aos ultimos dois annos de existencia do albergue, em que a par dos beneficios inomerados mostra a escrupulosa administração que tem feito prosperar esta casa de caridade, consolidando as bases em que foi lançada e garantindo-lhe um largo futuro como é para desejar a instituição tão util.

Assim nos dá a conhecer que nos nove annos de existencia do Albergue Nocturno, tem este tido de receita geral 126:087$363 reis e de despeza, incluindo a compra da casa onde actualmente funcciona 35:733$890 réis, o que bem mostra o zelo com que tem sido administrado e a valiosa protecção com que tantos tem beneficiado esta instituição de caridade.

Ascende a 24:776 o numero de individuos que ali tem sido recebidos até 31 de Dezembro de 1890, entre nacionaes e estrangeiros de ambos os sexos, e 124:451 os agasalhos ministrados.

Esta tão util e caridosa instituição tem servido de modelo a mais tres hospicios semelhantes no paiz e ao asylo nocturno de Turim que copiou a lei e regulamento dos Albergues Nocturnos de Lisboa, para o que foi em tempo enviado ao cavalheiro Paulo Meilli os estatutos e relatorios d'esta instituição portugueza.

Não param, porém, aqui os beneficios dos Albergues Nocturnos de Lisboa, porque já em vida de El-rei D. Luiz, o bondoso rei manifestara o desejo que a este estabelecimento se juntasse uma escóla de ensino profissional, o que não se chegara ainda a realisar por circumstancias economicas que aconselhavam prudencia nas despezas, mas que vae agora pôr-se em pratica por assim o premittirem as condições desafogadas em que se acha o albergue.

O sr. conde de Valenças depositou nas mãos de El-Rei D. Carlos os projectos e regulamentos para a referida escóla que vae tratar-se de organisar, completando-se assim os desejos do seu fundador e não menos os do digno relator, que, como se sabe, tem sido um dos mais devotados apostolos da instrucção publica.

Adolpho, Modesto & C.ª — Impressores
R. Nova do Loureiro, 25 a 43